

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 971, DE 2020

Dispõe sobre medidas a serem adotadas nas visitas dos idosos em asilos ou Instituições de Longa Permanência para Idosos e o distanciamento social de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade no contexto do surto pandêmico do vírus Sars-Cov-2.

Autora: Deputada JOICE HASSELMANN

Relatora: Deputada CARMEN ZANOTTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 971, de 2020, tem como objetivo dispor sobre medidas a serem adotadas nas visitas das pessoas idosas em asilos ou Instituições de Longa Permanência, e o distanciamento social de pessoas com mais de sessenta anos no contexto do surto pandêmico do vírus Sars-Cov-2.

Os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei (PL) nº 971, de 2020, determinam que as instituições de longa permanência para idosos (ILPI) restrinjam as visitas, para que:

- a) as pessoas idosas possam receber uma única pessoa por semana, e apenas por quinze minutos;
- b) não haja contato físico entre os visitantes e as pessoas idosas durante a pandemia de Covid-19;



c) os responsáveis pelas ILPI solicitem medidas como a higienização das mãos com água e sabão, álcool em gel ou produtos esterilizantes e o uso de máscaras N-95 pelos visitantes;

d) sejam proibidas as visitas por pessoas com sintomas compatíveis com Covid-19.

O art. 5º deste PL ainda estabelece que as pessoas idosas que não se encontrarem em ILPI deverão ter sua movimentação restringida enquanto durar a Pandemia da Covid-19. Dessa forma, de acordo com a Proposição, apenas poderão deslocar-se para a realização de exames laboratoriais, atendimento hospitalar e médico, compras de produtos de saúde e produtos alimentícios e aplicação de vacinas.

O art. 6º do PL ainda estende as restrições previstas nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Proposição às pessoas idosas não internadas, e veda a visita em qualquer caso de menores de idade.

Na justificção, a autora destaca que as medidas de prevençõ e proteçõ para as pessoas idosas devem ser adotadas imediatamente, com o fim de resguardar a vida desses indivíduos que tanto já contribuíram para o crescimento do País.

Este PL, que tramita em regime de prioridade, foi distribuído, em caráter conclusivo, às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) e de Seguridade Social e Família (CSSF), para análise do mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CIDOSO, recebeu parecer pela aprovação, com Substitutivo. Na CSSF, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA



Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família a apreciação do Projeto de Lei nº 971, de 2020, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

Informamos que o enfoque da CSSF, neste caso, é a contribuição deste PL para a Saúde Pública. As demais questões relacionadas à constitucionalidade e à juridicidade da matéria serão examinadas pela CCJC.

Quando esta Proposição foi apresentada, no início de 2020, havia poucas perspectivas para o combate da Pandemia da Covid-19. Não se imaginava quanto tempo seria necessário para o desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes. As únicas alternativas eficientes de que se tinha notícia para prevenir o adoecimento eram o distanciamento social e a adoção de medidas não farmacológicas, como o uso de máscaras de proteção e álcool em gel.

Atualmente, o Brasil já tem quase 100 milhões de pessoas que tomaram a segunda dose ou a dose única de imunizante contra a Covid-19, o que equivale a 46,5% da população com esquema vacinal completo. Ademais, 70,2% da população já tomaram pelo menos uma dose do imunizante, e quase 2,5 milhões de pessoas já tomaram a dose de reforço¹.

Com o avanço da vacinação, a taxa de contágio, atualmente, é a menor desde o início da pandemia. O índice está em 0,6. Isso quer dizer que 100 pessoas infectadas têm transmitido o vírus para 60. Dessa forma, o potencial de propagação da Covid está cada dia menor. A título de exemplo, mencionamos que, no auge da segunda onda, esse índice chegou a 1,38².

Diante do exposto, acreditamos que as medidas propostas no PL, embora fossem extremamente bem-intencionadas e compreensíveis à época da apresentação do Projeto, não são adequadas no contexto atual.

O isolamento radical da pessoa idosa e o distanciamento de indivíduos da sua família tendem a causar sérias consequências de saúde

1 <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/vacinas/noticia/2021/10/10/vacinacao-contracovid-99-milhoes-de-brasileiros-estao-totalmente-imunizados-70percent-da-populacao-tomou-ao-menos-uma-dose.ghtml>

2 <https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/10/12/Taxa-de-cont%C3%A1gio-no-Brasil-%C3%A9-a-menor-desde-o-in%C3%ADcio-da-pandemia>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213474929700>



mental. Uma revisão de literatura sobre o seu bem-estar psicológico durante a pandemia mostrou que as mudanças de rotina e a interrupção do convívio social ensejaram impactos neste grupo como ansiedade, depressão, estresse, alterações comportamentais, luto antecipatório, medo da morte, da perda e da dor crônica não tratada, ideação suicida e suicídio³.

Se isso não bastasse, é preciso ressaltar que recentes pesquisas apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico mostraram que, mesmo isoladas, as pessoas idosas possuem risco de contaminação por seus cuidadores⁴ - grupo que não tem suas atividades limitadas pelo PL. Assim, a aprovação da Proposição, na forma original, poderia ensejar o afastamento parcial ou total das pessoas idosas de seus entes queridos, o que poderia trazer graves impactos à sua saúde mental, e ainda assim não os protegeria, efetivamente, contra a doença.

A Pandemia da Covid-19 é uma das maiores tragédias de Saúde Pública do Brasil. Já há mais de 600 mil⁵ mortos pela doença. Sabemos que um evento semelhante pode nos assolar, ~~porque, em razão da evolução da degradação ambiental e da invasão dos espaços antes ocupados por animais selvagens, o risco do surgimento de novas doenças zoonóticas, como a ebola, a Febre do Nilo Ocidental e a própria Covid-19 é considerável~~⁶. Por isso, é preciso que nos preparemos melhor para novas Emergências em Saúde Pública que porventura venham a ocorrer.

Com fundamento nesse raciocínio, a Deputada Carla Dickson, após acatar sugestão da Deputada Leandre, na CIDOSO, propôs um Substitutivo à matéria, que visa a dispor sobre as medidas de higiene que deverão ser adotadas durante a visita em Instituições de Longa Permanência para Idosos. Com essa nova redação, o assunto foi tratado de forma mais genérica e abstrata. O texto aprovado na CIDOSO trouxe diretrizes para o resguardo da saúde das pessoas que estejam nessas instituições, e ainda deixa claro que medidas adicionais poderão ser requeridas, a depender

3 <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/25339>

4 <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/destaque-em-cti/pesquisas-apoiadas-pelo-cnpq-estudam-a-saude-fisica-e-mental-dos-idosos-em-tempos-de-pandemia>

5 <https://covid.saude.gov.br/>

6

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carmen Zanotto

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213474929700>



da ocorrência de outro evento em saúde, de acordo com as características desse evento.

Diante do exposto, por concordarmos com a abordagem adotada na Comissão anterior, o nosso voto é pela APROVAÇÃO do PL nº 971, de 2020, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora

